

ADM/E-Protocolo:	024/2024	e-protocolo: 22.313.805-5
Modalidade:	Dispensa de Licitação nº 018/2024	
Contratada:	Instituto Euvaldo Lodi – Núcleo Regional do Paraná - IEL CNPJ: 75.047.399/0001-65	
Objeto:	Contratação de agente de integração de estágio	
Valor global:	R\$ 9.720,00 (nove mil, setecentos e vinte reais)	

JUSTIFICATIVA DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

As compras e contratações das entidades públicas seguem obrigatoriamente um regime regulamentado por Lei. O fundamento principal que reza por esta iniciativa é o artigo. 37, inciso XXI, da Constituição Federal de 1988, o qual determina que as obras, os serviços, compras e alienações devem ocorrer por meio de licitações.

Licitatar é regra e esse foi o meio encontrado pela Administração Pública para tornar isonômica a participação de interessados em procedimentos que visem suprir as necessidades dos órgãos públicos acerca dos serviços disponibilizados por pessoas físicas e/ou pessoas jurídicas nos campos mercadológicos distritais, municipais, estaduais e nacionais, e ainda, buscar a proposta mais vantajosa às contratações.

Entretanto, há aquisições e contratações que possuem características específicas tornando impossíveis e/ou inviáveis as licitações nos trâmites usuais e, nessas hipóteses, a lei previu exceções à regra, quais sejam, as Inexigibilidades de Licitação e as Dispensas de Licitações, previstas nos arts. 74 e 75, respectivamente, da Lei nº 14.133/2021 e, nos arts. 154 a 160, do Decreto nº 10.086/2022:

Art. 74. É inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos de:
(...)

Art. 75. É dispensável a licitação:
(...)

II - para contratação que envolva valores inferiores a R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), no caso de outros serviços e compras;
(...)

Pois bem, no caso em tela, extrai-se dos autos que o valor da contratação será de R\$ 9.720,00 (nove mil, setecentos e vinte reais). Vê-se, então, que a importância se encontra dentro do limite estipulado nos artigos supracitados para as contratações mediante dispensa de licitação em razão do valor.

Portanto, restou justificada que a forma de prestação de serviços encontra-se albergada em uma das hipóteses previstas na legislação para a dispensa de licitação.

Atenciosamente,

Assinado digitalmente

Paulo Alexandre Morva Martins
Diretor de Administração e Finanças



ePROCOLO



Documento: **9.JustificativadedispensadelicitacaoAgentedelIntegracao.pdf**.

Assinatura Avançada realizada por: **Paulo Aleksandro Morva Martins (XXX.016.619-XX)** em 11/07/2024 09:57 Local: INVEST PARANA/DAF.

Inserido ao protocolo **22.313.805-5** por: **Alceu Albino Von Der Osten Neto** em: 09/07/2024 09:40.



Documento assinado nos termos do Art. 38 do Decreto Estadual nº 7304/2021.

A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço:
<https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarDocumento> com o código:
bd66a9918c53ce4673bc2dcd4b90f9fb.